

O PASSADO E O FUTURO DO BLAIRISMO

Bernardo Pires de Lima

O MUNDO DE BLAIR EM 1997

Goste-se ou não, a década de Tony Blair foi indiscutivelmente marcante nas relações internacionais. Quando chegou ao poder (1997), após três anos na liderança do Labour, a Europa vivia o rescaldo da guerra na Bósnia e via ao espelho as suas incapacidades militar e decisional; olhava para o Kosovo como um barril de pólvora, num novo cenário que não permitia falhanços; aprovava o Tratado de Amesterdão no desejo de reforçar a suposta política externa comum; via a NATO convidar formalmente a República Checa, a Hungria e a Polónia a aderirem em 1999 e Bill Clinton tomar posse para um segundo mandato. Mas não só. O Iraque de Saddam procedia a intimidações e ameaças aos inspectores da ONU e a Índia e o Paquistão celebravam os cinquenta anos de independência do Império Britânico ingressando no clube restrito das potências nucleares. Blair apadrinhou, por sua vez, o estabelecimento de um parlamento na Escócia após referendo local, pondo fim a duzentos e noventa anos de predominância de Westminster, e um promissor acordo de paz para a Irlanda do Norte. Todos estes factos acabaram por simbolizar, de certa forma, a «era de Tony Blair» e alguns deles tornar-se-iam mesmo fundamentais no seu legado. Mas vamos por partes.

CONTRIBUTOS PARA A POLÍTICA EXTERNA BRITÂNICA

A grande marca da política externa britânica cunhada por Blair foi o pendor moralista, ético e messiânico aplicado não apenas ao uso da força militar mas, também, ao modo como o Ocidente deveria combater o terrorismo de carácter totalitário. O seu primeiro *Foreign Secretary*, Robin Cook, traçou esta linha imediatamente após a vitória eleitoral, recuperando a abordagem internacionalista de Gladstone e rompendo com o estrito realismo político que os governos conservadores de Thatcher e Major haviam evidenciado. Se a ruptura com o passado recente era carimbada no slogan «New Labour-New Britain», a idolatria dos liberais do século XIX mudaria por completo o ADN trabalhista nos assuntos internacionais.

Para Cook, a política externa britânica tinha de ter uma «dimensão ética e tinha de apoiar as aspirações democráticas dos povos [...]». Para tal, «o Governo trabalhista colocaria os direitos humanos no âmago da nossa política externa [...]», tudo para fazer da Grã-Bretanha, novamente, «uma força pelo Bem no mundo»¹. Daqui resultam duas conclusões: a Grã-Bretanha ambicionou desempenhar um papel activo na comunidade internacional, redefinindo o seu estatuto na hierarquia das potências; Londres pretendia influenciar a mesma comunidade internacional na protecção dos valores liberais inerentes aos direitos humanos, democracia e boa governação.

Vale a pena lembrar que durante as décadas de 1970 e 1980 a agenda trabalhista era fortemente marcada pela ala mais à esquerda do partido, que advogava a saída das

VALE A PENA RELEMBRAR QUE DURANTE AS DÉCADAS DE 1970 E 1980 A AGENDA TRABALHISTA ERA FORTEMENTE MARCADA PELA ALA MAIS À ESQUERDA DO PARTIDO, O *LABOUR* ERA ANTIEUROPEÍSTA, ANTIAMERICANO E ANTIUSO DA FORÇA.

Comunidades Europeias, opondo-se fortemente à manutenção de instalações militares americanas na Grã-Bretanha. Por outras palavras, o *Labour* era antieuropeísta, antiamericano e antiuso da força. Foi sobre este quadro ideológico que o círculo restrito do então líder John Smith – Tony Blair, Gordon Brown, Peter Mandelson e Geoff

Hoon – procedeu a uma reviravolta. E é exactamente nesta inversão ideológica e estratégica que a dimensão ética de Cook se enquadra.

A primeira bandeira foi «europeizar» o *Labour*, criando duas rupturas de uma assentada: com a linha conservadora e soberanista; e com o *Old Labour*, assumindo Blair, no manifesto eleitoral de 1997, um novo rumo estratégico: «Daremos à Grã-Bretanha a liderança na Europa que ambas precisam.»²

A segunda, foi retomar uma linha de continuidade da política externa britânica, isto é, a relação com os EUA. Se esta não foi interrompida no consulado tory – pese embora uma certa animosidade entre John Major e Bill Clinton –, nunca foi vista com bons olhos pela ala esquerda dos trabalhistas. Desta forma, Blair deu não só sentido de Estado ao seu projecto de reforma interna do partido, como abraçou uma directriz que líderes conservadores como Churchill e Thatcher tinham simbolizado melhor do que ninguém (entrando no seu eleitorado), além de ter amenizado os sentimentos anti-americanos de uma grande fatia dos trabalhistas (mesmo que apenas por um tempo). Nesta matéria, convém realçar a enorme importância que os *New Democrats* de Bill Clinton tiveram na ajuda, preparação e projecção da estratégia eleitoral do *New Labour*. Nasceu também com ela uma forte relação pessoal entre Clinton e Blair, marcante nos seus respectivos mandatos.

Por outras palavras, mesmo que Edward Heath tenha sido o primeiro-ministro da adesão à CEE (com prejuízo para a relação com os EUA) e Thatcher quem melhor simbolizou a relação com Washington (com prejuízo para a relação com a Europa), Blair foi o

primeiro a querer abertamente juntar nos dois pratos da balança a Europa e os EUA, sem prejuízo para nenhuma das duas dimensões. Converteu tal desejo em programa eleitoral e mais tarde em estratégia nacional. Se o conseguiu fazer com sucesso é outra questão.

A «PONTE TRANSATLÂNTICA»

Um conceito-chave para percebermos a era Blair é o de «ponte transatlântica». Derivado de uma genuína concepção multilateral na resolução de crises, mas com recurso ao uso da força nos casos em que se verificassem fortes ameaças à segurança internacional, Blair traçou a sua Doutrina de Comunidade Internacional (1999) com a ajuda de Lawrence Freedman e Robert Cooper: nesta nova política externa britânica assumiu-se que «actos de genocídio não poderão nunca ser considerados um assunto estritamente interno». Para além disto, quando a opressão produzisse fluxos massivos de refugiados e os regimes fossem baseados no poder de uma minoria, a sua legitimidade política estaria ferida de morte, sendo estas realidades descritas como «ameaças à paz e à segurança internacionais»³. Recorde-se que, pouco antes, a NATO tinha iniciado a sua actuação no Kosovo. Este cenário foi o paradigma da ideia de «ponte» para a resolução de conflitos. E diga-se que com sucesso.

Do lado de Londres a questão centrava-se em dois pontos. O primeiro fazia ver os erros cometidos na Bósnia, quatro anos antes. Para Blair, uma força internacional era indispensável para a estabilidade do Kosovo e só a NATO estava equipada para tal objetivo⁴. Convém frisar um ponto importante e que demonstra, também ele, a inflexão na política externa britânica. O Governo de John Major tentou resistir a um envolvimento na ex-Jugoslávia, precisamente por assumir uma doutrina ultra-realista no uso da força. Douglas Hurd, responsável à altura pela pasta dos Negócios Estrangeiros (1989-1995), sublinhou posteriormente esta mesma disposição, ao frisar os custos políticos inerentes e a fraca reputação que sofreu o país⁵. O arquitecto da não-intervenção olhou desta forma para um problema entendido como não estando no arco do interesse nacional, numa região que dizia muito pouco à opinião pública britânica⁶. Comparando os dois cenários, Blair pensou de outra forma:

«na Bósnia esperámos quatro anos até actuarmos decisivamente. Como resultado desse conflito, mais de 200 mil pessoas perderam as suas vidas e dois milhões encontraram-se na situação de desalojados. A duração do conflito significou que um milhão deles nunca mais conseguiu regressar aos seus lares. A NATO não cometeu o mesmo erro no Kosovo.»⁷

O segundo ponto tinha em conta a forma como se poderia intervir em território de um Estado soberano, através do uso da força não autorizada pelos órgãos internacionais competentes. Por outras palavras, não existindo um ataque a qualquer dos estados-membros da NATO, de que maneira se poderia legitimar uma operação militar que

pusesse cobro a uma sangria no coração da Europa. Este era o dilema de Blair e de muitos líderes na Aliança Atlântica. Uma das razões apontadas para a ausência de consensos na NATO residiu na forma correcta de intervir, o que comportava diversos graus de risco para cada país. Provavelmente, aquele que mais se bateu pelo uso da força no cenário balcânico foi a Grã-Bretanha, um papel de liderança realçado pelos principais analistas e estudiosos do seu processo decisional⁹. Mais: de acordo com oficiais britânicos, «Londres acreditava firmemente que apenas acções militares no e sobre o Kosovo seriam capazes de alterar o comportamento de Milosevic»⁹.

No entanto, Blair não foi inicialmente capaz de reunir grandes apoios no interior da Aliança Atlântica a esta abordagem. A 7 de Junho de 1998, Robin Cook relembra o passado bélico e ríspido de Milosevic, além da total incongruência entre uma Europa moderna e acções militares de um Estado contra populações civis em território europeu¹⁰. Contudo, um novo apoio chegava de Berlim, com o recém-empossado chanceler Schroeder a afirmar o seu apoio a uma intervenção militar comandada pela NATO¹¹. Louise Richardson defende que, desde o Verão de 1998, o Governo britânico aderiu publicamente à linha que defendia uma resolução do conflito no Kosovo com base no uso da força e na vontade de utilizar, inclusivamente, tropas terrestres, posição reiterada por Ivo Daalder, antigo conselheiro da Administração Clinton¹². Em Outubro de 1998, um memorando elaborado no Foreign Office circulou pelas capitais dos estados da NATO, onde se expressava a legitimidade do uso da força, mesmo sem ser alcançado um entendimento colectivo entre os membros permanentes do Conselho de Segurança¹³.

Blair, quanto a esta questão, seria uma vez mais taxativo, numa declaração feita na Cidade do Cabo (1999): «Quando a comunidade internacional acredita em certos objectivos, e depois se revela incapaz de implementá-los, aqueles que dispõem dos meios para agir devem fazê-lo.»¹⁴ De acordo com o Governo de Londres, «nas circunstâncias excepcionais do Kosovo, um uso limitado da força seria justificável no apoio a objectivos estabelecidos pelo Conselho de Segurança mas sem a autorização expressa do Conselho de Segurança, quando essa fosse a única maneira de impedir uma catástrofe iminente e

esmagadora»¹⁵. No entanto, o aval explícito do órgão supremo da ONU era encarado como uma cobertura política às lideranças, pese embora o facto consumado de dois dos seus membros permanentes (China e Rússia) terem já referido que jamais aprovariam o uso da força. Perante a eterniza-

ção deste processo, a Aliança Atlântica emitiu uma *Activation Order* (Outubro de 1998), no sentido de disponibilizar os seus meios para uma futura intervenção.

O protagonismo assumido por Blair na ligação entre os principais governos europeus e os EUA para a resolução do problema do Kosovo foi um tónico para a NATO. Deulhe sentido, um novo conceito estratégico, dimensão geográfica e libertou-a do sen-

O PROTAGONISMO ASSUMIDO POR BLAIR NA LIGAÇÃO ENTRE OS PRINCIPAIS GOVERNOS EUROPEUS E OS EUA PARA A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA DO KOSOVO FOI UM TÓNICO PARA A NATO.

timento de vazio que se instalou após a Guerra Fria. Mas não é apenas no plano exclusivo da Aliança Atlântica que merece destaque o papel de Tony Blair.

Também no contexto da União Europeia (UE) podemos tirar algumas conclusões. Desde logo, quando se reuniu em Saint-Malo com Jacques Chirac (1998), na tentativa de aprofundar uma política europeia de segurança e defesa, baseada em quatro pontos. Em primeiro lugar, a Grã-Bretanha assumiu a necessidade de uma defesa europeia em cooperação com a Aliança Atlântica, partilhando esforços mas aumentando a sua autonomia face aos EUA. Segundo, através da questão da defesa, Blair podia integrar um pelotão de vanguarda na construção europeia, assumindo o protagonismo desejado, ao mesmo tempo que Paris reconhecia a importância da Grã-Bretanha para uma PESD concreta. Em terceiro, esta iniciativa dotava a UE de uma maior capacidade de diálogo com os EUA, cujo processo seria até validado pouco depois, aquando da cimeira do cinquentenário da NATO, em Washington. Em quarto lugar, através da vertente militar, dar-se-ia às forças armadas dos países-membros uma dinâmica de modernização que acautelaria, através dela, os seus próprios interesses. Saint-Malo, Colónia e Helsínquia forjaram conceptual e operacionalmente a PESD. A pergunta que fazemos é esta: existiu uma continuidade na influência de Londres nos destinos deste pilar europeu? A nossa análise aponta nesse sentido. Por três argumentos principais.

Em primeiro lugar, na consolidação de um sério e cooperante relacionamento entre a UE e a NATO. Neste sentido, a posição britânica que sempre se pautou pela primazia da Aliança Atlântica no plano da segurança e defesa europeia saiu reforçada. Este ponto, que Geoff Hoon (secretário da Defesa de Blair) insistiu em diversos debates parlamentares, girava em volta de uma lógica em que o fortalecimento da PESD não implicaria a criação de um exército europeu¹⁶. Por outras palavras, o «divórcio» estratégico entre Bruxelas e Londres era, neste primeiro mandato de Blair, encarado como parte do passado. Para Londres, não deveria nunca existir duplicação de esforços e estruturas entre UE e NATO e, neste sentido, a Grã-Bretanha desenvolveu um papel fulcral para que esta fosse a realidade no debate interno europeu. Mesmo a seguir à crise iraquiana (2003), NATO e UE formalizaram um caminho conjunto para fazer face às tensões entre os seus membros, assinando os Acordos de Berlim Mais, em Março, como resultado da declaração conjunta sobre segurança europeia, de Dezembro de 2002. Este passo, no rescaldo da guerra iraquiana, teve entre outros contributos o de Londres, que viu traduzirem-se em forma de letra as suas pretensões, quadro este que seria posto em prática com as transmissões de comando das forças da NATO para a UE, na Macedónia e na Bósnia (2003 e 2004).

Em segundo lugar, pela própria conceptualização estratégica que Londres foi desenhando e que, progressivamente, a UE parece ter vindo a adoptar. Tanto a *Strategic Defence Review* (1998) como o *Defence White Paper* (2003) – os dois mais relevantes documentos de Defesa britânicos –, são claros na afirmação do conceito «force for good in the world», além de confirmarem que a estratégia de segurança britânica convergia

com a política externa de Tony Blair, fundada no papel de «ponte» entre a Europa e os EUA, no de «potência-pivot» internacional e no revitalizar do conceito de «guerra justa»¹⁷. Neste sentido, se tivermos em conta que tanto o *draft* da Estratégia Europeia de Segurança como a sua versão final contemplam a expressão «force for good in the world» para caracterizar o papel universal que a UE deve assumir no futuro, percebemos que existe uma certa convergência conceptual e ideológica entre as propostas dos governos Blair e a posição desejada por Bruxelas¹⁸.

Em terceiro lugar, a influência britânica na PESD ficou espelhada pela passagem de Robert Cooper de ex-conselheiro de Blair em assuntos internacionais para braço direito de Javier Solana em Bruxelas, dando continuidade à relevância das suas posições políticas. Desde já salientamos que foi Cooper quem elaborou o *draft* da Estratégia Europeia de Segurança¹⁹ e um forte defensor de uma espécie de «protectorados» da União em zonas onde a sua acção tenha contribuído para a estabilidade. Este «imperialismo liberal»²⁰, cuja tese se resume à aceitação de um rumo europeu de compromissos de longa duração, vive muito do espírito missionário que define a política externa de Blair. Aparentemente, este rumo tem sido seguido pela UE nos Balcãs. Mas não só: pela primeira vez na história da organização, uma força militar autónoma e sob a sua liderança levou a cabo uma missão em África (Operação Artemis, Congo), em 2003. Retiramos duas conclusões desta acção. Primeira, a demonstração inequívoca de vontade política num envolvimento fora do espaço europeu. Segunda, um espírito messiânico de alastramento de boa governação e estabilidade sem que os directos interesses da União estivessem em causa. É exactamente no plano conceptual que nos parece existir uma elevada influência britânica nestas políticas europeias, mesmo que a crise iraquiana tenha congelado o papel de «ponte» almejado por Blair.

O IRAQUE, O FALHANÇO DA «PONTE» E A TENTATIVA DE EMERGIR COMO POTÊNCIA

O reforço da «comunidade internacional» para a resolução de crises, tão do agrado de Blair, foi um objectivo manifestamente falhado na gestão do dossiê iraquiano. Mesmo que o Presidente francês tenha manifestado uma posição de ruptura com qualquer iniciativa diplomática, seja ela legitimadora ou não da acção militar²¹, certo é que Blair não conseguiu ter a influência desejada em Washington, nem tão-pouco forjar uma dinâmica de união entre europeus. A liderança europeia passou, também ela, por tal bloqueio. Esta divisão transatlântica, que teve culpas repartidas, acelerou o recurso à força sem o aval explícito do Conselho de Segurança²². Este ponto é crucial para percebermos a rapidez do processo decisório de Blair. Estavam em causa duas situações de extrema relevância. Em primeiro lugar, a Administração Bush há muito havia decidido pela guerra e só a influência britânica a colocou na rota da ONU²³. Em segundo lugar, ao existir uma fractura transatlântica grave e inequívoca para todos – logo, a anulação de quaisquer esforços para a obtenção de uma segunda resolução mais explícita sobre o uso da força –, o lado anglo-americano viu-se na iminência de ver reduzido o seu poder no sistema inter-

nacional face a um recuo nas suas pretensões. Este seria não só uma demonstração de fraqueza perante regimes como o de Saddam – com todas as consequências futuras para o jogo de forças no Médio Oriente – mas, também, uma cedência excessiva a potências como a França, a Alemanha, a Rússia ou a China, com inevitáveis reminiscências no equilíbrio de poderes da ordem internacional de domínio norte-americano.

Tanto para Blair como para Bush, estes vectores estiveram em cima da mesa. Mais: do ponto de vista de Londres, estar fora do roteiro de alianças bilaterais pós-11 de Setembro promovidas por Washington seria um recuo no posicionamento estratégico que

Blair sempre travou para colocar a Grã-Bretanha num ambicioso lugar de poder na hierarquia das potências. A redefinição das alianças internacionais passa por um conjunto de potências regionais num mundo, diga-se, cada vez mais pós-europeu. Este vê na Índia, Austrália, Japão, Coreia do Sul, Brasil, África do Sul, Chile, México, Paquistão, Turquia, Indonésia, entre outros, o

ESTAR FORA DO ROTEIRO DE ALIANÇAS
BILATERAIS PÓS-11 DE SETEMBRO PROMOVIDAS
POR WASHINGTON SERIA UM RECUO
NO POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO QUE BLAIR
SEMPRE TRAVOU PARA COLOCAR
A GRÃ-BRETANHA NUM AMBICIOSO LUGAR
DE PODER NA HIERARQUIA DAS POTÊNCIAS.

pelho da nova orientação de interesses norte-americanos. Na Europa existem estados que continuam a contar, mas que têm de ser capazes de atrair o interesse dos EUA. É aqui que o novo alinhamento atlântico de Sarkozy, Angela Merkel, Blair (e agora Brown) se insere. Blair percebeu que, para continuar a contar para Washington como até aqui, não tinha outra alternativa senão estar ao seu lado na Guerra do Iraque²⁴.

Podemos assinalar que Blair teve um duplo papel nos meses que antecederam a intervenção no Iraque. Por um lado, desde inícios de 2002 que se colocou ao lado do parceiro vital. A partir daí, fazendo jus à sua linha política, procurou moldar a actuação da Administração, uma vez que considerava ser esta a melhor forma de potenciar o papel da Grã-Bretanha no mundo, ao mesmo tempo que limitaria derivas unilateralistas de Washington. Por outro lado, foi sempre seu desejo alcançar um consenso alargado e construir uma coligação histórica, sempre no exacto sentido da formulação de uma «comunidade internacional». Como se sabe, Tony Blair falhou ambos os objectivos. No entanto, merecem destaque alguns pontos que demonstram as diferenças entre as posições norte-americanas e britânicas ao longo da crise iraquiana. Em primeiro lugar, pela preocupação sentida em Downing Street e no Foreign Office relativamente à tomada de controlo pelo Pentágono do processo de estabilização do Iraque. A visão britânica radicava no entendimento de que as forças militares americanas não estavam talhadas para períodos de pós-guerra que exigiam uma série de características na ligação com as populações hostis à invasão. De acordo com alguns destacados membros do Governo de Blair, este estaria mais inclinado a enveredar por um caminho que privilegiasse as Nações Unidas do que propriamente os «falcões» da Administração Bush²⁵.

Mas não foi apenas sobre o Pentágono que as dúvidas se mantiveram. O próprio Geoff Hoon, secretário da Defesa britânico, nunca conseguiu ter uma relação de empatia com o seu homólogo Donald Rumsfeld, que chegasse de perto às tidas entre Jack Straw e Colin Powell, Bush e Blair ou David Manning e Condoleezza Rice. Con Coughlin, num acutilante trabalho, cita uma fonte do Foreign Office que se queixou da ultrapassagem brusca e sem tréguas que o Pentágono fez ao State Department na gestão da situação no pós-guerra e que, em grande medida, provocou sérios distúrbios nos canais de decisão supostamente partilhados entre Londres e Washington²⁶.

Segundo, outros alvos de discórdia seriam sobretudo alimentados pelos próprios decisores políticos anglo-americanos. Tanto Blair como Bush puseram uma ênfase de tal maneira forte na ameaça que constituía a posse de armas de destruição maciça pelo Iraque, que ficaram reféns do insucesso – que tinha pelo menos doze anos – das investigações à sua volta. Assim, este argumento passou a estar na primeira linha de todos aqueles que, apoiando ou não a guerra, se desiludiram com as suas possíveis boas razões.

AS REPERCUSSÕES MEDIÁTICAS E A FORMA COMO WASHINGTON LIDOU COM A ABU GHRAIB DEIXARAM DOWNING STREET SEM MUITA MARGEM POLÍTICA. NESTA ALTURA, BLAIR JÁ NÃO SE LIVRARIA DO RÓTULO DE CÚMPLICE.

Uma outra razão para a derrocada é a revelação do escândalo de Abu Ghraib. Se a confiança de Londres em relação à gestão que estava a ser feita pelo Pentágono no pós-guerra já não era grande, pior ficou quando foram publicadas imagens na imprensa sobre abusos e maus tratos a pri-

sioneiros iraquianos na prisão de Abu Ghraib, às mãos de tropas norte-americanas²⁷. As repercussões mediáticas e a forma como Washington lidou com a matéria deixaram Downing Street sem muita margem política. Nesta altura, Blair já não se livraria do rótulo de cúmplice.

Num plano paralelo, outra diferença esteve na insipiência da solução «dois estados» para a resolução do conflito israelo-palestiniano. Blair foi sempre adepto deste caminho, por considerar o conflito como central na luta contra o terrorismo e procurou envolver a Administração Bush no roteiro para a paz. Aliás, esta foi uma das cartas lançadas por Londres durante o processo de decisão que antecedeu a intervenção no Iraque, trazendo Washington à mesa das negociações como forma de amenizar os danos que o trajecto para a guerra estava a deixar nas opiniões públicas. Proposto pelo Quarteto (EUA, UE, Rússia e Nações Unidas) em meados de 2002, este processo não foi isento de percalços. Desde logo, porque Bush sempre se recusou a participar em negociações com Yasser Arafat, o que condicionou o avanço do roteiro para um cenário sucessório. Bush patrocinou, após a morte daquele, um encontro público entre Mahmoud Abbas e Ariel Sharon, dando outro vigor ao processo. No entanto, sem dar conhecimento a Blair, o Presidente norte-americano e o primeiro-ministro israelita acordariam num plano de retirada das tropas israelitas da Faixa de Gaza. O próprio encarregado americano para as negociações deste plano, Elliott Abrams, afirmou aber-

tamente esse despeito face a Londres: «Não estávamos a negociar com o Governo britânico, mas sim com os israelitas.»²⁸ Tony Blair não se viu envolvido neste caso e Bush sentiu mesmo necessidade de afirmar que os EUA «não têm aliado mais próximo do que o Reino Unido», aquando de uma visita do primeiro-ministro à Casa Branca, em finais de Maio de 2005²⁹. Só quem sente não ter tratado convenientemente um aliado é que vê necessidade de frisar o grau de amizade com o mesmo, revelando, na nossa óptica, quão incipiente se torna o conceito de «relação especial» nas relações internacionais³⁰. De qualquer forma, todos estes casos descritos minaram a confiança entre os dois lados do Atlântico. A realidade é que Bush seria reeleito para um segundo mandato em Novembro de 2004 e Tony Blair tinha uma campanha eleitoral feroz à sua frente. O ano de 2005 marcaria, definitivamente, o legado de Tony Blair.

BLAIR STILL WATCHING YOU

Outro dos feitos de Tony Blair foi ter conquistado para o *Labour* um inédito terceiro mandato consecutivo. Com todos os problemas que o Iraque lhe trouxe a nível de popularidade e com o desgaste movido por facções dentro do seu próprio partido com vista à cedência do lugar a Gordon Brown, o certo é que em Maio desse ano Blair recuperou algum fôlego político. Este tónico ser-lhe-ia fundamental para, dois meses mais tarde, enfrentar uma dupla e gigante tarefa: recompor o país dos ataques terroristas de Londres e assumir a presidência semestral da UE. Diga-se que, em ambos os casos, se saiu bem e mesmo que a sua ambiciosa agenda europeia tenha encontrado inúmeros contrapesos, teve o condão de colocar no debate a possibilidade de um caminho mais liberal para a Europa enfrentar o mundo actual.

No entanto, as pressões não cessaram e, como se sabe, Blair passaria o testemunho ao seu ministro das Finanças em Julho de 2007, não sem antes concluir o doloroso e marcante processo de paz para a Irlanda do Norte, retirando as tropas do território e obrigando os Unionistas e o Sinn Fein a uma conciliação política. Seria a natureza do terrorismo actual a forçar a alteração na lógica de actuação de outras formas de luta, como a que a Irlanda do Norte conheceu, e que paradoxalmente proporcionou a Blair o último sucesso político enquanto líder do Governo.

Importa contudo, nesta altura, fazer uma leitura do que pode vir a traçar a futura conduta internacional do recém-empossado primeiro-ministro, Gordon Brown. Não nos esqueçamos, porém, que o horizonte eleitoral se avizinha próximo – há quem aponte para eleições antecipadas já em 2008 – e que o envolvimento incisivo da Grã-Bretanha nos assuntos exteriores mais delicados os catapultou para o debate interno entre as opiniões públicas.

Gordon Brown tem uma agenda clara e pragmática, como é seu timbre. Radicalmente diferente no estilo político do seu antecessor, como não podia deixar de ser, promoveu o ex-titular da pasta do Ambiente, David Miliband, a ministro dos Estrangeiros. E a aposta arrisca-se a, pelo menos no plano das intenções, marcar o consulado de

Brown. Além de dar um sinal claro em relação ao protagonismo das alterações climáticas enquanto factor de insegurança internacional, merecem destaque outros pontos. Podemos mesmo afirmar que, ao contrário do que tem sido a opinião publicada (vítima de uma euforia precoce) a política externa britânica não será nem invertida nem tão-pouco obra de um descarrilamento. Antes tenderá a percorrer um caminho mais pragmático, mas igualmente ambicioso em relação ao papel de Albion no mundo. E sobre isto, já foram proferidas palavras claras e demonstrativas das ambições políticas dos actuais decisores britânicos.

Recentemente, em discurso na Chatham House, David Miliband proferiu palavras que poderão vir a estar para a era Brown como o discurso de Chicago esteve para a era de Blair³¹. É que para além de retomar o conceito blairista de «força pelo Bem no mundo», mostrou vontade de resistir a populismos eleitoralistas: referiu-se a uma «nova distribuição de poder [...] mais disperso geograficamente do que alguma vez aconteceu desde os impérios europeus do século XIX». E é sobre este contexto que reside um dos vectores realistas da sua política externa: «isto torna a nossa relação bilateral mais importante – a relação com os Estados Unidos – mais e não menos significativa. Torna o argumento a favor do nosso papel liderante na UE e na NATO mais óbvio do que nunca». Um ponto que vem reforçar a nossa leitura sobre o papel da Grã-Bretanha no mundo. Assim, por um lado, Miliband serena os ânimos daqueles que punham em causa a relação com os EUA. Esta não será tão ostensivamente marcante como foi com Blair, mas será certamente um dos eixos preferenciais de Londres. Além disso, Miliband põe o dedo na ferida e percebe que o desenho das relações internacionais promovido por Washington após o 11 de Setembro e do qual já aqui demos conta, não dá margem para recuos. Por outras palavras, Londres terá mais poder na Europa, no Médio Oriente ou na África se continuar a ser relevante para Washington como até aqui. Nas palavras de Miliband, «se queremos que a Grã-Bretanha se torne um eixo global, então precisamos de cultivar uma relação forte com a principal potência mundial». O risco seria perder este «comboio» para novas potências. Aparentemente, a mesma leitura foi feita por Sarkozy e Angela Merkel que, realinhando as respectivas políticas externas com Londres, revelaram uma nova Europa pós-Iraque: atlantista e pró-israelita. Um contexto que já não se via desde o Suez.

Mas Miliband, no mesmo discurso na Chatham House, toca ainda noutros pontos já reforçados por Gordon Brown. Sobre a União Europeia, o *Foreign Secretary* distingue esta relação da mantida com os EUA. Primeiro, afirmando que aquela não é uma relação bilateral e que a Grã-Bretanha é membro da UE, uma participação que é plena em termos económicos (à excepção do euro) mas que não deve anular a vontade dos estados, antes dar-lhes uma expressão mais eficaz nos compromissos comuns que venham a assumir. Talvez por isso, também procure dar à Grã-Bretanha o sentido dos tempos actuais, dizendo claramente que «o multilateralismo não elimina a necessidade de uma forte relação bilateral».

Contudo, não devemos esperar novo recuo na relação com a União. Brown já clarificou este vector como fundamental na sua agenda internacional: quer uma «Europa global», flexível, reformista, aberta e universalmente orientada³². Significa isto que, ao colocar a África no topo da sua agenda, por exemplo, entende a liberalização da economia europeia como o primeiro auxílio aos países mais pobres. Parece claro que, para o novo Governo britânico, através das declarações proferidas desde a tomada de posse até às visitas oficiais que têm sido feitas, a UE é um dos vectores de uma agenda global, numa linha de continuidade com a política externa de Blair que, embora rodeada de mais cautelas políticas, não fugirá do seguinte eixo: um papel de *pivot* internacional para a Grã-Bretanha e um lugar no sistema que redimensione a sua dupla vocação, cada vez mais entre a Europa e os EUA. **RI**

- 1** COOK, Robin – «Speech on the Government's Ethical Foreign Policy», 12 de Maio de 1997. Disponível em: www.fco.gov.uk.
- 2** «Because Britain Deserves Better». In *The New Labour's 1997 Election Manifesto*.
- 3** BLAIR, Tony – «Doctrine of International Community», 23 de Abril de 1999. Disponível em: www.number-10.gov.uk.
- 4** Cf. BLAIR, Tony – «NATO, Europe, Our Future Security». In *NATO 50th Anniversary Conference*, Washington, 8 de Março de 1999. Disponível em: www.number-10.gov.uk.
- 5** Cf. HURD, Douglas – *Memoirs*. Londres: Little, Brown, 2003, p. 467.
- 6** Cf. BOGDANOR, Vernon – «Commentary». In SELDON, Anthony, e KAVANAGH, Dennis (eds.) – *The Blair Effect: 2001-2005*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 447.
- 7** BLAIR, Tony – «A New Generation Draws the Line». In *Newsweek*, 19 de Abril de 1999, p. 40.
- 8** F. ALLIN, Dana H. – «NATO's Balkan Interventions». In *Adelphi Paper 347*, International Institute for Strategic Studies, 2002, pp. 7-112; DAALDER, Ivo e O'HANLON, Michael – *Winning Ugly: NATO's War to Save Kosovo*. Washington DC: Brookings Institution Press, 2000; JUDAH, Tim – *Kosovo: War and Revenge*, 2^a ed. New Haven e Londres: Yale University Press, 2002; FREEDMAN, Lawrence – «Britain at War: From Falklands to Iraq». In *RUSI Journal*, Fevereiro de 2006, pp. 10-15; WHEELER, Nicholas J. – *Saving Strangers: Humanitarian Interventions in International Society*. Oxford: Oxford University Press, 2002, cap. 8.
- 9** Cit. em DAALDER, Ivo H., e O'HANLON, Michael E. – *Winning Ugly*, pp. 35-36.
- 10** *Ibidem*, p. 285.
- 11** Cf. JUDAH, Tim – *Kosovo: War and Revenge*, p. 182.
- 12** RICHARDSON, Louise – «A Force for Good in the World? Britain's Role in the Kosovo Crisis», pp. 148-149; DAALDER, Ivo H. – *Frontline Interview*. Disponível em: www.pbs.org.
- 13** Cit. em WHEELER, Nicholas J. – *Saving Strangers*, p. 276.
- 14** Cit. em STEPHENS, Philip – *Tony Blair: The Making of a World Leader*. Londres: Viking, 2004, p. 158.
- 15** Cit. em JUDAH, Tim – *Kosovo: War and Revenge*, p. 179.
- 16** Cf. HOON, Geoff – «Select Committee on European Union». In *Fifteenth Report*, House of Lords, 25 de Julho de 2000.
- 17** Sobre o conceito *force for good*, cf. SECRETARY OF STATE FOR DEFENCE – *UK Strategic Defence Review*, Julho de 1998, pp. 7, 12, 68, 261, 265, 290, 373, 380, 381, e SECRETARY OF STATE FOR DEFENCE – *Delivering Security in a Changing World: Defence White Paper*, Dezembro de 2003, pp. 4, 20.
- 18** Cf., SOLANA, Javier – *A Secure Europe in a Better World*. European Council of Thessaloniki, 20 de Junho de 2003, p. 15; EUROPEAN COUNCIL – *A Secure Europe in a Better World: European Security Strategy*. Bruxelas, 12 de Dezembro de 2003, p. 13.
- 19** Cf., por exemplo, HILL, Christopher – «Britain and the European Security Strategy». In *Fornet Working Paper 6*, Maio de 2004; BECHER, Klaus – «Has-Been, Wannabe, or Leader: Europe's Role in the World After the 2003 European Security Strategy». In *European Security*, vol. 13, n.º 4, 2004, p. 347, nota 4.
- 20** Cf. COOPER, Robert – «Imperial Liberalism». In *The National Interest*, Primavera de 2005, pp. 25-34.
- 21** Chirac afirmaria não apoiar uma intervenção liderada pelos EUA, não por medo das baixas, não por um efeito desestabilizador do Médio Oriente, nem mesmo pela ameaça das armas de destruição maciça. Estes assuntos não eram os prioritários. O único objectivo para o braço-de-ferro «era porque queremos [a França] viver num mundo multipolar». Por outras palavras, Paris não se acomodava a uma ordem internacional unipolar e o seu principal objectivo era limitar a todo o custo o poder norte-americano. Cf. CHIRAC, Jacques – «Interview Télévisée par Patrick Poivre d'Arvor (TF1) et David Pujadas (France 2)», Palais de l'Élysée, 10 de Março de 2003. Disponível em: www.elysee.fr. Cf., GORDON, Philip H., e SHAPIRO, Jeremy – *Allies at War: America, Europe and the Crisis Over Iraq*. Nova York: McGraw-Hill, 2004, pp. 174-182.
- 22** Cf. SHAWCROSS, William – *Allies: The United States, Britain, Europe and the War in Iraq*. Londres: Atlantic Books, 2003; GORDON, Philip H., e SHAPIRO, Jeremy – *Allies at War*; ANDREWS, David M. (ed.) – *The Atlantic Alliance Under Stress: US-European Relations After Iraq*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005; MERKL, Peter H. – *The Rift Between America and Old Europe: The Distracted Eagle*. Londres e Nova York: Routledge, 2005.
- 23** De acordo com fontes directas na Administração, a decisão estaria praticamente tomada em Janeiro de 2002. Cf. WOODWARD, Bob – *Plan of Attack*. Nova York: Simon & Schuster, 2004; MEYER, Christopher – *DC Confidential*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 2005; KAMPFNER, John – *Blair's Wars*. Londres: Free Press, 2003; COATES, David, e KRIEGER, Joel – *Blair's War*. Cambridge: Polity, 2004.
- 24** Cf. COUGHLIN, Con – *American Ally: Tony Blair and the War on Terror*. Londres: Político's, 2006.
- 25** *Ibidem*, p. 316.
- 26** Cf. PACKER, George – *The Assassin's Gate: America in Iraq*. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2005.
- 27** Cf., por exemplo, HERSH, Seymour M. – «Torture at Abu Ghraib». In *The New Yorker*, vol. 80, n.º 11, 10 de Maio de 2004, pp. 42-47; GLAISTER, Dan, e BORGES, Julian – «1,800 New Pictures Add to US Disgust». In *The Guardian*, 13 de Maio de 2004.
- 28** Cit. em COUGHLIN, Con – *American Ally*, p. 351.
- 29** WHITE HOUSE – «President Welcome British Prime Minister Blair to the White House», 31 de Maio de 2005. Disponível em: www.whitehouse.gov.
- 30** Convém definir o conceito de «relação especial», um chavão que muitas vezes procura colorir as relações internacionais mas que carece de aplicabilidade. Se o encararmos como um conjunto de mecanismos institucionais alargados ao seu âmbito, entre dois estados, cujo entendimento estratégico é tão aprofundado que não permite quaisquer divergências por motivos de defesa dos interesses nacionais, então este conceito carece de veracidade. Nem mesmo com Tony Blair isso aconteceu, sobretudo no pós-guerra do Iraque. Mais, mesmo no caso das relações anglo-americanas, este conceito teve sempre muito mais importância para Londres do que para Washington, em razão da diferença de poder. Como defende William Wallace, para entendermos a relação bilateral entre os EUA e a Grã-Bretanha como «especial», então teríamos que alargar o seu âmbito a Israel, à Austrália, à Polónia, entre outros. Se «especial» implica mais qualquer coisa do que a tida por outras relações bilaterais, não nos parece que para os EUA pós-1989, exista um regime de exclusividade com um só país. Por outro lado, se uma relação do tipo «especial» permite algum espaço para questões de desavença bilateral, que não põem em causa, em nenhum momento, a convergência estratégica e de valores, então podemos catalogar a relação anglo-americana como sendo o paradigma de um «especial» relacionamento político-cultural no quadro das relações internacionais contemporâneas. Quanto a esta matéria, o consulado de Tony Blair provou o peso que Washington adquiriu no processo de decisão de Londres e a importância que tem na política externa britânica. Cf. WALLACE, William – «The Collapse of British Foreign Policy». In *International Affairs*, vol. 81, n.º 1, Janeiro de 2005, pp. 53-68.
- 31** MILIBAND, David – «New Diplomacy: Challenges for Foreign Policy». Discurso na Chatham House, Londres, 19 de Julho de 2007. Disponível em: http://www.chatham-house.org.uk/files/10188_190707miliband.pdf
- 32** Cf. O'DONNELL, Clara Marina, e WHITMAN, Richard G. – «European Policy Under Gordon Brown: Perspectives on a Future Prime Minister». In *International Affairs*, vol. 83, n.º 1, Março de 2007, pp. 253-272.